

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ ESPECIAL

NA ORLA DO TEMPO, OS MIL ROSTOS DE NOSSA ATUALIDADE: PORQUE AINDA A *ARQUEOLOGIA*

Carlos Eduardo Ribeiro¹
Silvio Ricardo Gomes Carneiro²
Victor Fiori Augusto³

Teoria e prática: funesta distinção, como se houvesse propriamente um instinto de conhecimento, que às cegas, se dirigisse à verdade, sem considerar a questão do que é útil e prejudicial, e dele estivesse separado, por completo, todo o universo dos interesses práticos...

Nietzsche

A arqueologia do saber é um livro escrito (não apenas, mas em boa parte) em razão das questões levantadas a Foucault no *Cercle d'épistémologie*. Talvez, por isso, Foucault diga, num tom acentuadamente evasivo, que na obra não se elaborou uma teoria, “na medida em que, por exemplo, eu não sistematizei as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e econômicas, cuja importância foi estabelecida pelo marxismo de forma incontestável”⁴; tampouco teria sido exclusivamente uma reflexão metodológica, pois se deixou de lado a maior parte dos “problemas puramente metodológicos”⁵. Opção irresoluta e pouco confortável para o leitor, especialmente aquele que poderia ter se perguntado o que

¹ Professor de Filosofia do CCNH/UFABC. Programa de pós-graduação em Filosofia (UFABC). E-mail: c.ribeiro@ufabc.edu.br.

² Professor de Filosofia do CCNH/UFABC. Pesquisador do grupo Nexos Sudeste – Teoria Crítica e Pesquisa Empírica. E-mail: silviocarneiro@gmail.com.

³ Mestre em Filosofia pelo Departamento de Filosofia da FFLCH-USP. E-mail: vicfiori@gmail.com.

⁴ ROUANET, Sérgio P. Entrevista com Michel Foucault, p. 17-18. In: ROUANET, Sérgio Paulo (org). *O Homem e o Discurso. A Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

⁵ *Ibidem*, p. 17-18.

haveria de comum entre *História da loucura*, com seu arquivo tão amplo e diverso e *As palavras e as coisas*, cuja marca isomórfica entre epistemes exige todo cuidado para que não se considere o escrito uma espécie de história total do conhecimento Ocidental.

Como bem se percebe logo no primeiro capítulo, *A arqueologia do saber* não confronta detalhadamente as histórias feitas com o quadro teórico que ali se expõe. Na verdade, este trabalho de Foucault pode ser visto como a designação de um objeto, resultado dos exercícios praticados de suas histórias arqueológicas. Trata-se, pois, de um caminho em construção: já familiar a Foucault, já longamente trabalhado nas suas histórias, mas para o qual não havia forjado noções que o operassem formalmente. Assim, de fato, não se tratava de justificar metodologicamente a feitura das histórias, dentro da especificidade do ponto de vista arqueológico, mas de tornar a arqueologia apreensível pelos próprios materiais dos quais elas foram feitas. É o tratamento desses *materiais* que nos indica a singularidade de uma nova história já que, para além da história de seus conteúdos (aceitos ou não como *históricos*), e da epifania de suas verdades (interiores ou exteriores às ciências ou a tantos discursos que Foucault convocou), toda uma nova economia analítica de discursos tornara-se possível.

Daí resulta uma *descrição insistente* dos discursos, na forma de sua existência, em que o Arquivo é uma espécie de unidade em aberto, portador de várias dimensões organizadas por uma pesquisa das “razões pelas quais a ciência existiu ou uma determinada ciência começou, num momento dado, a existir e a assumir um certo número de funções em nossa sociedade”⁶. E o Arquivo, que não se deterá nos discursos das ciências (embora elas sempre tenham sido um ancoradouro para o arqueólogo do saber) vai aparecendo como este complexo *sistema de enunciabilidade e funcionamento* de enunciados; o conjunto, enfim, das coisas que puderam ser efetivamente ditas. Tendo em vista esta diversificação enorme de conceitos operatórios, este livro tem o caráter de uma certificação crítica da existência do discurso como matéria da história, de como ele funciona socialmente sem, contudo, pressupor que haja determinado funcionamento social deste ou daquele discurso.

Se o estudioso dos trabalhos de Foucault quisesse fazer a arqueologia de *A arqueologia do saber* deveria admitir como seu “princípio” que a arqueologia é o termo final, como defendeu Machado, de uma trajetória que define o método ao praticá-lo.⁷ Tarefa que se deu um filósofo-historiador experimentalista. Mas, dentro desta tese, não se pode ignorar que grande parte do livro está relacionada a um artigo de Foucault em réplica à revista *Esprit*, em maio de 1968⁸. Em *Réponse à une question*, Foucault escolhe responder uma única questão que lhe foi feita e que ele reproduz no início do artigo em nota de rodapé:

Um pensamento que introduz a obrigação (*contrainte*) do sistema e a descontinuidade na história do espírito não tira todo fundamento para uma intervenção política progressista? Ela não leva ao seguinte dilema:
- ou bem a aceitação do sistema;

⁶ ROUANET, Sérgio P. Entrevista com Michel Foucault, p. 19. In: ROUANET, Sérgio Paulo (org). *O Homem e o Discurso. A Arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1971.

⁷ MACHADO, R. *Ciência e Saber. A trajetória da arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

⁸ FOUCAULT, M. *Réponse à une question. Dits et écrits I – 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001, p. 701-723.

- ou bem o apelo ao acontecimento selvagem, à erupção de uma violência exterior apenas capaz de bascular o sistema?⁹

A resposta seguirá dizendo que não se tratava de falar de sistema, mas de *sistemas*, no plural, já que, declarando-se pluralista (*pluraliste*), Foucault tem como problema central obter as regras de individualização do discurso, ou melhor, da individualização do “universo do nosso discurso”¹⁰. A bem da verdade, são os conceitos que determinarão, posteriormente, o enunciado em *A arqueologia do saber*. Eles permitirão, numa palavra, substituir a “história totalizante” pela *epistémê* que “não é um tipo de grande teoria subjacente, é um espaço de dispersão, é um campo aberto”, “[...] indefinidamente descritível de relações”¹¹.

Acontece que quando escreve *A arqueologia do saber*, o filósofo não mais responde à questão acima colocada. O que estará no horizonte do filósofo é o aperfeiçoamento dos conceitos operatórios de que já tinha traçado as hipóteses gerais. Devemos sublinhar que a questão levantada não fez nada menos que dar a ocasião para toda a reflexão conceitual da arqueologia. E esta opção parece ter sido escolhida a dedo por Foucault, porque comportava uma relação central: a fundamentação teórica da arqueologia (o método, portanto) e a perspectiva da sua ação política (aquilo a que o método não podia aceder). Foi um descortino moral que detonou a fundamentação conceitual da crítica arqueológica.

Leiamos outra vez: “Um pensamento que introduz a obrigação (*contrainte*) do sistema e a descontinuidade na história do espírito não tira todo fundamento para uma intervenção política progressista?”. Estar constringido ao método, entrar na dispersão do discurso para aquilatar suas regras é, no mínimo, supor que, ao ganharmos esse mundo, dele não poderemos mais sair. O que os interlocutores indagaram recaía sobre esse antigo *parti pris* que vê todo sistema coerente como uma imposição radical ao *espírito humano*. Sugere-se claramente que a arqueologia destitui a possibilidade de uma ação política, porque estaria submetida a uma obrigação de regras atemporais que, determináveis no sistema e na descontinuidade, deixavam-nos, contudo, órfãos da política. Quem lê apressadamente *A arqueologia do saber* não pode mesmo dar-se conta de se insere o político no método arqueológico: isso porque, em parte, a pergunta não está lá recolocada explicitamente; em parte, porque também cede ao vezo desse dualismo preconcebido, segundo o qual ou bem entramos no sistema, ou bem estamos no acontecimento selvagem.

A esse respeito, o longo artigo em questão tem toda uma última parte que trata da fundamentação da prática política inserida no método. O próprio Foucault, então, denuncia que a pergunta está carregada de falsa oposição. Política *versus* discurso? O que há de capcioso a se supor para que essa oposição valha efetivamente? Num longo parágrafo Foucault repõe e reescreve minuciosamente para o seu interlocutor a pergunta que este próprio lhe colocara, de modo a expor o disparate: “Enfim”, resume o final do parágrafo, “devemos pensar que uma *política progressista* esteja ligada à *desvalorização de práticas discursivas* a fim de *triumfar em sua idealidade incerta uma história do espírito, da consciência, da razão, do conhecimento, das idéias e das*

⁹ *Ibidem*, p. 701.

¹⁰ *Ibidem*, p. 703.

¹¹ *Ibidem*, p. 703-704.

opiniões?”¹². E replica: “[...] *les périlleuses facilités que s'accorderait la politique dont vous parlez* [...]”. É grande a tentação de lembrar aqui que os maiores inimigos de Nietzsche eram exatamente assaltados por uma autodelação com a qual o filósofo alemão os provocava, colocando falas imaginárias inteiras na boca do dogmático, para ali textualmente os destituir. Foucault o faz igualmente: as perigosas facilidades de se conceber a política como ainda o grande progresso da razão sem acatar o que foi que Foucault fizera até ali 1969 como histórias.

É neste âmbito que devemos situar o esforço “metodológico” de *A arqueologia do saber* que, a bem de todo um trabalho já constituído, tem como fim situar o historiador em seu lugar-próprio. Como reflexão que não se pretende uma pesquisa acabada, o livro forja uma série de noções operatórias que balizariam as histórias arqueológicas desenvolvidas anteriormente, a fim de dar-lhes a coerência (mínima?) de que não dispunham¹³.

Mas em nome desta coerência, novas coerências foram exigidas de Foucault. Sobre a arqueologia, Arnold Davidson afirmou:

[...] a verdade deve ser entendida como um sistema de procedimentos ordenados para a produção, regulação, distribuição, circulação e operação de enunciados [...] história dos enunciados que afirma a condição da verdade, história desses procedimentos ordenados¹⁴.

Se o discurso funda uma ordenação de procedimentos de verdade, é preciso justificar tal autonomia do discurso, é preciso dizer, afinal, como ele funda as relações reais de que fala. A arqueologia inscrever-se-ia, assim, na *querela do humanismo* desencadeada pelo programa estruturalista. Como afirmara Vincent Descombes: “a semiologia [...] move todas as questões, por meio da análise do discurso, ela traz para o primeiro plano a relação do emissor ao código ou, como dizem os lacanianos, do sujeito ao significante” e, com isso, resume Descombes, “As estruturas decidem e não o homem! O homem não é mais nada!”¹⁵. Tal assertiva, embora possa apenas sintetizar uma opinião vulgar sobre o programa estruturalista, conserva algo de fundamental para a arqueologia: o significante não depende das ações com significado, antes lhe é exterior e o determina. Inúmeras consequências a arqueologia sofrerá ao destronar o sujeito da história e o sujeito perceptivo.

De todo modo, o fato da história do saber não estar nas mãos do homem, de não ter sido ele que “conscientemente criou a história de seu saber, mas a história do saber e da ciência humana obedece ela própria a condições determinantes que nos escapam”¹⁶, vai produzir a grande cilada arqueológica e o quase defeito moral de ser “estruturalista” que se percebe na necessidade posta e repostada a Foucault de explicar de *onde* fala tal arqueologia. Se

¹² *Ibidem*, p. 715.

¹³ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 17-18.

¹⁴ DAVIDSON, Arnold I. Arqueologia, genealogia, ética. In: HOY, David C. (org). *Foucault*. Traducción de Antonio Bonano. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988, p. 243.

¹⁵ DESCOMBES, Vicent. *Le Même et L'autre – quarant-cinqs de Philosophie Française (1933-1978)*. Paris: Les Éditions Minuit, 1979, p. 125-126.

¹⁶ FOUCAULT, M. Interview avec Michel Foucault. *Dits et écrits I – 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001 p. 687.

todo território de saber é marcado pelas configurações historicamente determinadas de uma racionalidade, em que solo se fundamentaria a própria tarefa arqueológica? O solo da arqueologia é sua própria exaustão, diante da constante ameaça de rendição a alguma forma de recorrência? Ou o frio historiador se conformaria com as lanternas mágicas que construiu até ali (1969)? E talvez algo pior se siga daí.

Sobre a recepção de *As palavras e as coisas*, Jean Zoungrana, por exemplo, faz um extenso apanhado para constatar que

aos olhos de numerosas pessoas, *As palavras e as coisas* apareceu como um livro sustentado por uma ideologia fortemente conservadora. A ênfase no sistema com sua determinação anuncia o *sonne le glas* de toda política que se queria revolucionária.¹⁷

E este suposto caldo conservador só engrossa os problemas para o arqueólogo. Como bem anota Márcio Alves da Fonseca,

especialmente após a publicação de *As palavras e as coisas*, multiplicam-se as acusações à sua história arqueológica. Foucault é acusado de ter deixado de considerar as condições reais dos processos históricos, negando, assim, a dimensão das práticas¹⁸.

É preciso ainda reforçar nisso tudo outro aspecto: que descobrir regras anônimas, que nos instituem em nossa atualidade, nunca constituiu uma oposição à história em Foucault. Revisitar a arqueologia, em suma, para evitar o contrassenso de uma história sem dever que muitas vezes ao pensador foi atribuída. Com razão bradou Foucault, pedindo que se analisem as formas próprias de seu trabalho. Formas que nos impõem um reencontro 50 anos depois:

[...] não neguei a história; mantive em suspenso a categoria geral e vazia da mudança para fazer aparecerem transformações de níveis diferentes; recuso um modelo uniforme de temporalização para descrever, a propósito de cada prática discursiva, suas regras de acúmulo, exclusão, reativação, suas formas próprias de derivação e suas modalidades específicas de conexão em sequências diversas¹⁹.

Suspender a categoria de mudança para situar *o que muda*, tal discurso *diferente* é um “estilo de pesquisa” que se viu na necessidade de evitar as categorias generalizantes da História. Por princípio, o arqueólogo evita o “problema da anterioridade da teoria em relação à prática, e inversamente”. O filósofo não pretendeu explicar o saber de um “ponto de vista

¹⁷ ZOUNGRANA, Jean. *Michel Foucault: Un parcours croisé: Levi-Strauss, Heidegger*. Paris, Editions L’Harmattan, 1998, p. 85

¹⁸ FONSECA, Márcio A. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002 p. 41.

¹⁹ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 225.

prático-inerte”, mas insistiu numa análise que ele chama de “teórico-ativo”²⁰. Última seria, realmente, a opção de a arqueologia arrogar-se à condição de uma teoria. Como esclarece Bento Prado, a filosofia de Foucault é como a de Deleuze:

só tem sentido quando provocada pela vida [...] Essa espécie de violência exige, como resposta, uma “clínica de si mesmo”. Eis o aspecto *ético* sublinhado por Foucault que faz a filosofia aproximar-se mais da **poiesis** e da **ars** que da pura teoria²¹.

Mas talvez já tenha passado o tempo de resolver esta problemática do estatuto racional da arqueologia e de que realidade ela falava, especialmente a considerar até onde foi Foucault com sua prática histórica singular, das práticas de si na cultura greco-romana ao empresariamento de si de um ainda inaudito neoliberalismo no *seu* século XX.

De todo modo, nem teoria nem metodologia *strictu sensu*, *A arqueologia do saber* vai se definindo como um reajuste geral, em nome da coerência em relação aos trabalhos precedentes de Foucault. Afirma-se que as histórias realizadas, embora feitas em desordem, encontravam um denominador comum: tentavam “desfazer as últimas sujeições antropológicas” querendo, em troca, “mostrar como essas sujeições puderam-se formar”²². Foucault resume *A arqueologia do saber* por meio da dupla relação que este mantém com os trabalhos anteriores:

Ela tenta formular, em termos gerais (e não sem muitas retificações e elaborações), os instrumentos que essas pesquisas utilizaram ou criaram para atender as necessidades da causa. Mas, por outro lado, ela se reforça com os resultados então obtidos para definir um método de análise que esteja isento de qualquer antropologismo. O solo sobre o qual repousa é o que ela descobriu. As pesquisas sobre a loucura e o aparecimento de uma psicologia, sobre a doença e o nascimento de uma medicina clínica, sobre as ciências da vida, da linguagem e da economia, foram tentativas de certa forma cegas: mas elas se esclareciam sucessivamente, não somente porque precisavam, pouco a pouco, de seu método, mas porque descobriram – neste debate sobre o humanismo e a antropologia – o ponto de sua possibilidade histórica²³.

É complexo, e até mesmo um enorme descaminho, o percurso que Foucault faz em *A arqueologia do saber*, especialmente porque é uma espécie de andaime colocado depois de os edifícios terem sido construídos, como quem quer descobrir a regra depois do ato consumado. Queremos, entretanto, assinalar um aspecto pontual neste percurso do livro e

²⁰ FOUCAULT, M. Les mots e les choses. *Dits et écrits I – 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001, p. 526-527.

²¹ PRADO Jr, Bento. *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. [comentários de Arley Ramos Moreno, Sérgio Cardoso, Paulo Eduardo Arantes]. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 218.

²² FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 17.

²³ *Ibidem*, p. 18.

que possivelmente nos dê contorno para retornar ao fazer arqueológico do pensador. Há um momento no livro que Foucault aproxima o nível enunciativo da noção de atos ilocutórios. Dreyfus e Rabinow ressaltam que existe uma grande proximidade destes atos ilocutórios com a noção foucaultiana de enunciado. De fato, Foucault quase aceita a definição dos ingleses de *speech act* e utiliza-se em alguns momentos da noção de *performances* verbais, para se referir ao enunciado, na dimensão do Arquivo e do *A priori histórico*:

O ato ilocutório (*acte illocutoire*) não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pôde produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas. Pode-se, então, supor que a individualização dos enunciados depende dos mesmos critérios que a demarcação dos atos de formulação: cada ato tomaria corpo em um enunciado e cada enunciado seria, internamente, habitado por um desses atos. Existiriam um pelo outro e em uma exata reciprocidade²⁴.

Todavia, se o ato ilocutório e o enunciado são admitidos igualmente como determinado conjunto de usos de formulações, Foucault rejeita, na sequência, a aproximação. Afirma que um *speech act* necessita de “mais de um enunciado”, para se realizar como tal: “juramento, prece, contrato, promessa, demonstração”, contrapõe Foucault, “exigem, na maior parte do tempo, um certo número de fórmulas distintas ou de frases separadas: seria difícil contestar, em cada uma delas, o *status* de enunciado, sob o pretexto de que são todas atravessadas por um único e mesmo ato ilocutório”²⁵.

Porém, segundo Dreyfus e Rabinow, Searle contestará que o ato ilocutório e o enunciado sejam distintos, porque “na teoria do ato ilocutório, é possível encontrar um tipo de ato discursivo, por exemplo, uma afirmação que faça parte de um outro ato discursivo, como uma promessa”²⁶. Essa posição teria sido acatada por Foucault, em carta dirigida a Searle, garantem os dois autores. Seja como for, eles esclarecem acertadamente que essa teoria do discurso de Foucault não tem um propósito pragmático de análise de atos discursivos cotidianos, mas quer encará-los “numa espécie de teste institucional, como regras do argumento dialético, interrogatório inquisitório, ou confirmação empírica”²⁷. Curioso que se o enunciado pode ser tratado como um ato ilocutório que se pratica como experimento de como um discurso opera, o que se destaca desta formulação é a dimensão instituinte e atual de como os discursos acontecem: *o solo sobre o qual a arqueologia repousa é o que ela descobriu*, para retomar a expressão de Foucault.

²⁴ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 93.

²⁵ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 94.

²⁶ DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 51

²⁷ *Ibidem*, p. 53.

Revisitar a arqueologia de Foucault, assim, para apreender as práticas como “traços verbais”²⁸, não porque são predicções de uma função linguística, mas porque tais traços são práticas discursivas, compreendidas como “um conjunto de regras **anônimas, históricas**, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”²⁹.

Seja como método ou como história (praticada) de discursos, seja como pensamento filosófico sobre a história, seja então como diferentes arquivos organizados para a posteridade de outras histórias (são infindáveis os rostos do arqueólogo!), a arqueologia é este exercício da função de enunciar e, portanto, é instituinte e atualidade dos discursos. O princípio arqueológico de individualização de enunciados nos garante que possamos reconhecer a história em atos instituintes e em acontecimentos atuais. Neste ponto, os leitores de Foucault podem ouvir antecipada a antologia do presente: “A análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: *ao mesmo tempo próxima de nós*, mas diferente de nossa atualidade, trata-se da *orla do tempo que cerca nosso presente*, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita”.³⁰ E neste mesmo ponto podemos dizer que corpos que performatizam gêneros, por exemplo, não serão uma percepção estranha à noção de exercício da função enunciativa.

Para parodiar Foucault, *Como na orla do mar, um rosto de areia* (na belíssima tradução de Salma Tannus Muchail³¹), adicionaríamos: a arqueologia (instituinte e atual) é como *na orla do tempo, os mil rostos de nossa atualidade*. Implicado nos discursos que o conduzem e conduzem seu fazer, o historiador-arqueólogo (e em particular no empreendimento de *A arqueologia do saber*) reafirma que este tempo atual (do qual não podemos nos desvencilhar, e do qual conhecemos, contudo, apenas o limite de um traçado) é o princípio de abertura para toda alteridade discursiva. É com ela que se pode fazer a arqueologia destes novos sujeitos que falam efetivamente ao nosso lado sem pressupor ou oferecer, para eles, uma fala mais audível que a nossa; sem lhes dar uma enunciação que, afinal, não *os diz*.

Será conseqüente concluir, para não nos enganarmos: retornar à arqueologia para converter a prática filosófica (engessada nos dogmas metodológicos de uma Filosofia hegemonicamente acadêmica) em prática arqueológica de histórias-outras. *Na orla do tempo, os mil rostos de nossa atualidade* é o princípio ético foucaultiano de um contorno crítico do tempo cristalizado para isso que estranhamente ainda chamamos Ocidente e Filosofia Ocidental. Forjado na Arqueologia, este princípio é uma dupla suspensão: suspender o Sujeito e suspender a História Universal para fazer emergir, no espaço em branco da crítica, todas as cores singulares a modos de subjetivação e a tramas históricas ignoradas.

²⁸ FOUCAULT, M. *Les mots e les choses. Dits et écrits I – 1954-1975*. Paris: Gallimard, 2001, p. 527.

²⁹ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 133, grifo nosso.

³⁰ *Ibidem*, p. 148.

³¹ FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Nos 50 anos da publicação de *A arqueologia do saber*, os Cadernos de Ética e Filosofia Política dedicam ao pensador francês o número *Foucault, Políticas da arqueologia – 50 anos de A arqueologia do Saber (1969)*. O propósito inicial era marcar a atualidade do pensamento arqueológico de Foucault desde a perspectiva conforme a qual os objetos iniciais que emergiram de uma política do saber em Foucault, durante os anos 1960-1970, desdobraram-se eles próprios em diferentes percursos no interior deste variado e peculiar pensamento. Esta perspectiva, no entanto, pode ser ampla demais, se considerarmos que a dimensão arqueológica vai se reconfigurando e se redefinindo bastante ao longo dos diferentes trabalhos (e interesses) de Foucault até seu desaparecimento. Nada menos “arqueológico” que manter uma efeméride pela efeméride. Por isso, o conjunto dos artigos recebidos e avaliados, que compõem o número, se relaciona com a arqueologia de Foucault de modos muito próprios, o que indica a diversidade do seu legado no país. Pela mesma razão suprimimos para a publicação final os eixos inicialmente propostos, já que as temáticas desenvolvidas pelos autores, por vezes, combinavam dois ou mais eixos em suas contribuições e, em outros casos, ultrapassavam a temática geral no trato com a Arqueologia. Esperamos que, com isso, nossos leitores possam encontrar exercícios de leitura, desdobramentos de uma obra, cujas marcas políticas ressoam as camadas de seus discursos.